

ENSINAR PARA CUIDAR: FORMAÇÃO CRÍTICA E HUMANIZADA EM SAÚDE MENTAL NA EDUCAÇÃO TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Letícia Silva Saraiva¹;

Enfermeira. Pós-graduanda em Saúde da Família pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará.

<https://orcid.org/0009-0005-3816-9316>

Yasmim Farias Ferreira²;

Enfermeira graduada pelo Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica), Quixadá, Ceará.

<https://orcid.org/0009-0004-5182-4840>

Jamile Domingos do Nascimento³;

Mestranda em Enfermagem pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará.

<https://orcid.org/0000-0001-9413-0233>

Lígia Maria Ferreira da Silva⁴;

Mestranda em Enfermagem pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará.

<https://orcid.org/0000-0002-5086-0047>

Francisco Mardones dos Santos Bernardo⁵;

Mestrando em Enfermagem pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará.

<https://orcid.org/0000-0002-6573-9485>

RESUMO: A formação de profissionais técnicos em enfermagem para o cuidado em saúde mental ainda enfrenta lacunas importantes, sobretudo no que se refere à abordagem crítica, ética e psicossocial do sofrimento psíquico. Este relato de experiência descreve e analisa a prática docente na disciplina Enfermagem em Saúde Mental, ministrada em um curso técnico no interior do Ceará. A proposta pedagógica foi desenvolvida com base em fundamentos ético-políticos alinhados à Reforma Psiquiátrica Brasileira, visando proporcionar aos estudantes uma formação crítica, sensível e situada nos territórios em que vivem. A experiência foi vivenciada em setembro de 2024, em doze encontros presenciais, incluindo uma visita técnica ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A metodologia adotada envolveu aulas

dialogadas, rodas de conversa, análise de filmes, elaboração de projetos de intervenção e estudo de marcos legais. Os resultados evidenciaram o engajamento dos estudantes, especialmente em atividades que mobilizaram afetos, vivências pessoais e relações com o contexto comunitário. A visita ao CAPS destacou-se como momento catalisador do aprendizado, favorecendo a articulação entre teoria e prática. Constatou-se que o ensino da saúde mental, quando conduzido com intencionalidade crítica e metodologias participativas, contribui significativamente para a formação de profissionais comprometidos com o cuidado em liberdade, os direitos humanos e os princípios do Sistema Único de Saúde. A experiência reafirma a importância de ampliar o espaço da saúde mental nos currículos da formação técnica e de investir em práticas pedagógicas capazes de transformar realidades a partir do vínculo com o território.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Enfermagem. Técnicos de Enfermagem. Saúde Mental.

TEACHING TO CARE: CRITICAL AND HUMANIZED MENTAL HEALTH EDUCATION IN PRACTICAL NURSING

ABSTRACT: The training of nursing technicians/practical nurses for mental health care still presents significant gaps, particularly regarding a critical, ethical, and psychosocial approach to psychological distress. This experience report describes and analyzes a teaching practice carried out in the discipline of Mental Health Nursing, offered in a technical nursing course in the interior of Ceará, Brazil. The pedagogical approach was grounded in ethical-political principles aligned with the Brazilian Psychiatric Reform, aiming to promote a critical, sensitive, and territorially grounded education. The experience took place in September 2024, across twelve in-person sessions, including a technical visit to a Psychosocial Care Center (CAPS). The methodology included dialogical classes, discussion circles, film analysis, intervention project development, and the study of key legal frameworks. The results demonstrated strong student engagement, especially in activities that mobilized affectivity, personal experiences, and connections with community contexts. The visit to the CAPS emerged as a pivotal moment for learning, fostering the articulation between theory and practice. The experience revealed that mental health education, when guided by critical intentionality and participatory methodologies, significantly contributes to the training of professionals committed to community-based care, human rights, and the principles of Brazil's Unified Health System (SUS). The report reaffirms the importance of expanding the presence of mental health topics in technical training curricula and investing in pedagogical practices capable of transforming realities through territorial engagement.

KEY-WORDS: Licensed Practical Nurses. Education, Nursing. Mental Health.

INTRODUÇÃO

A trajetória da saúde mental no Brasil é marcada por diferentes modelos assistenciais, influenciados por transformações históricas nas concepções sociais, simbólicas e epistemológicas sobre a loucura (Sampaio; Bispo Júnior, 2021). As primeiras práticas institucionalizantes foram pautadas em ideais higienistas e, nesse contexto, os espaços asilares ganharam protagonismo. Inicialmente de caráter religioso e caritativo, esses locais foram rapidamente incorporados ao modelo medicalizante, reforçando a lógica de exclusão e patologização dos sujeitos (Yasui, 2010; Messas, 2008).

O hospício consolidou-se como principal referência do modelo assistencial à loucura, aprofundando práticas de segregação, normalização social e medicalização forçada, o que resultou em denúncias de maus-tratos, abandono, superlotação e alta mortalidade (Alverga; Dimenstein, 2006; Paulin; Turato, 2004; Tenório, 2002). Tal cenário fez dos hospitais psiquiátricos alvos de críticas crescentes, e, somado às influências de experiências reformistas internacionais, contribuiu para o surgimento de propostas que culminaram no processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) (Desviat, 2015).

No final dos anos 70, enquanto o modelo de assistência centrado no hospital psiquiátrico estava em crise, começaram a se articular as primeiras iniciativas em direção a RPB, com o objetivo de desmontar o modelo manicomial vigente (Brasil, 2005; Sampaio; Bispo Júnior, 2021; Amarante; Torre, 2017). Baseando-se na ideia de desinstitucionalização, a RPB buscou não apenas romper com o modelo manicomial, mas também transformar o modelo assistencial de forma que os pacientes se tornem sujeitos com autonomia em seu processo de tratamento (Rotelli; Leonardis; Mauri, 1990).

Dessa forma, começou-se a pensar modelos assistenciais pautados nos princípios da cidadania, dos direitos humanos, da reabilitação psicossocial e reinserção social. Os avanços culminaram na criação da Lei nº 10.216/2001, que simboliza um marco para a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, e posteriormente na criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria nº 3.088/2011 (Brasil, 2001; Brasil, 2011). No âmbito dessa rede, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) ganham destaque por ofertar cuidado contínuo e em liberdade, devido a sua proposta de ser um serviço comunitário, integral, humanizado e que valorize a independência e autonomia do usuário (Brasil; Lacchini, 2021).

A transição entre um modelo de assistência institucional para um que valoriza a inserção social da pessoa em sofrimento psíquico exige que os profissionais saibam reconhecer a presença desses usuários em uma realidade social e no contexto familiar, dessa forma, para o desenvolvimento de tal habilidade, é necessário que o processo de ensino valorize aspectos biopsicossociais e supere os modelos biomédico e hospitalocêntrico/manicomial (Lemos *et al.*, 2020).

Portanto, é importante ressaltar que ainda persistem lacunas significativas na formação profissional em saúde mental, sobretudo na educação técnica. Estudos indicam

que a maioria dos técnicos e auxiliares de enfermagem não recebe, durante sua trajetória formativa, subsídios suficientes para atuar com criticidade e empatia diante do sofrimento psíquico (Zerbetto; Pereira, 2009). Tal ausência de aprofundamento na temática compromete a efetividade das ações em saúde mental, especialmente considerando que essa categoria compõe a maior parte da força de trabalho nos serviços substitutivos, como os CAPS (Kirschbaum; Oliveira, 2001; Rocha, 1994).

Diante das lacunas ainda presentes na formação técnica em saúde mental, especialmente no que se refere à abordagem crítica, ética e psicossocial do cuidado, torna-se necessário desenvolver práticas pedagógicas que articulem teoria, território e sensibilidade. Tais práticas contribuem para consolidar uma formação profissional alinhada aos princípios da RPB e ao modelo de cuidado em liberdade, fortalecendo o compromisso com os direitos humanos e a cidadania no campo da saúde mental.

Este relato de experiência tem por objetivo descrever e refletir sobre a vivência docente na disciplina Enfermagem em Saúde Mental, ministrada para estudantes de nível técnico. A proposta pedagógica articulou conteúdos teóricos, metodologias participativas e aproximação com os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), buscando promover uma formação ética, crítica e situada, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da luta antimanicomial.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência (RE), de caráter descritivo, referente à atuação docente na disciplina Enfermagem em Saúde Mental, ministrada no curso técnico em enfermagem. O RE pode ser compreendido como uma expressão escrita de vivências diversas, incluindo experiências de ensino, com potencial para contribuir na produção de conhecimentos em diferentes temáticas (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

A vivência ocorreu em setembro de 2024, em uma instituição privada de ensino técnico localizada no município de Quixadá, no sertão central do Ceará. O componente curricular foi desenvolvido ao longo de quatro semanas, com três encontros presenciais por semana, totalizando doze momentos formativos de aproximadamente três horas cada.

O espaço físico da instituição contava com sala de aula convencional, equipada com quadro branco, projetor multimídia e mobiliário adequado, oferecendo condições básicas para a realização de atividades expositivas, dialógicas e interativas.

A experiência teve como eixo central o processo de ensino-aprendizagem na área da saúde mental, com base em uma abordagem psicossocial do sofrimento psíquico. A proposta buscou articular fundamentos teóricos, práticas pedagógicas críticas e vivências significativas, considerando os princípios da RPB (Brasil, 2001; Amarante, 1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Brasil, 2012).

Participaram da disciplina 31 estudantes de diferentes semestres do curso técnico em enfermagem, sendo estes, em sua maioria, jovens adultos. As atividades propostas incluíram aulas dialogadas, rodas de conversa, análise crítica de filmes e documentários, estudo de casos, elaboração de projetos de intervenção, leituras dirigidas e dinâmicas de grupo. Os recursos pedagógicos utilizados compreenderam apresentações em slides, textos acadêmicos e normativos, vídeos educativos, obras audiovisuais, fichas de estudo, roteiros de discussão, instrumentos de avaliação e plataformas digitais.

A organização temática da disciplina contemplou conteúdos como: história da saúde mental no Brasil, RPB, legislação vigente, com ênfase na Lei nº 10.216/2001, funcionamento e componentes da RAPS, principais transtornos mentais, práticas integrativas e complementares em saúde mental, e o papel da enfermagem nesse campo. A avaliação consistiu em uma prova escrita (com questões objetivas e subjetivas) e na elaboração, em equipes, de uma proposta de intervenção voltada à promoção da saúde mental.

Como parte do cronograma da disciplina, foi realizada uma visita técnica ao CAPS II do município, substituindo um dos encontros regulares. A atividade foi organizada em pequenos grupos de estudantes, distribuídos por turnos distintos, com o objetivo de proporcionar um contato direto com o funcionamento de um dispositivo territorial da RAPS, favorecendo a articulação entre os conteúdos abordados em sala de aula e a realidade concreta dos serviços substitutivos ao modelo manicomial.

O acompanhamento da experiência foi realizado por meio de um diário reflexivo elaborado pela docente, utilizado como instrumento de registro, organização e análise da prática pedagógica. Este RE se propõe à exposição reflexiva sobre a vivência docente, considerando suas contribuições para a formação em saúde mental no contexto da educação técnica profissional.

Quanto aos aspectos éticos, por tratar-se de um RE em contexto educacional, sem coleta de dados identificáveis nem envolvimento direto de sujeitos de pesquisa, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelece a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). Ainda assim, foram observados os princípios éticos fundamentais da prática pedagógica, garantindo o respeito à privacidade dos participantes e a não identificação da instituição envolvida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência de ensino da disciplina Enfermagem em Saúde Mental, desenvolvida no contexto da educação técnica profissional, configurou-se como um processo formativo significativo tanto para os estudantes quanto para a profissional responsável pela docência. Ao longo dos encontros, foi possível observar uma postura participativa e interessada por parte dos discentes, que se mostraram abertos ao diálogo e à construção coletiva do conhecimento. A saúde mental revelou-se como um campo de grande complexidade, que

demanda sensibilidade ética, empatia e posicionamento crítico frente às realidades sociais que atravessam o sofrimento psíquico.

Observou-se que muitos estudantes demonstraram, inicialmente, pouco contato com conteúdos relacionados à saúde mental ao longo de sua formação, o que confirma a lacuna já apontada por estudos sobre o preparo técnico-profissional para essa área de atuação (Zerbetto; Pereira, 2009). Tal constatação reforça a relevância de ofertar experiências formativas que possibilitem aos estudantes um primeiro contato consistente com os fundamentos e práticas da atenção psicossocial.

As estratégias pedagógicas adotadas - como aulas dialogadas, rodas de conversa, análise de filmes e elaboração de projetos - favoreceram a criação de um espaço de escuta e reflexão. A exibição do documentário *Holocausto Brasileiro*, em especial, instigou debates sobre a história da psiquiatria no Brasil, levando os estudantes a compartilharem vivências pessoais e familiares. Essa perspectiva dialógica de ensino encontra respaldo em Freire (1996), que defende uma prática educativa centrada na escuta, na troca de saberes e na problematização da realidade vivida.

O uso de obras audiovisuais como recurso didático permitiu mobilizar afetos e memórias, ampliando a compreensão dos alunos sobre os efeitos históricos da institucionalização e fortalecendo uma leitura crítica sobre o modelo biomédico tradicional. Albuquerque, Campos e Branco (2011) reforçam que esse tipo de recurso constitui uma estratégia potente no ensino-aprendizagem em saúde mental na formação em enfermagem, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da cognição e da afetividade, além de facilitar processos reflexivos.

A inserção dos conteúdos relativos à RPB e à Lei nº 10.216/2001 consolidou esse processo reflexivo. A abordagem desses marcos legais contribuiu para o reconhecimento, por parte dos estudantes, da importância da luta antimanicomial e da consolidação de práticas pautadas na garantia de direitos, na inclusão social e no cuidado em liberdade. Nesse sentido, ressalta-se a indispensabilidade de contemplar tais temas no processo formativo, uma vez que o movimento antimanicomial constitui a principal força impulsionadora da RPB, ao passo que as políticas públicas em saúde mental desempenham papel estratégico na promoção da saúde, na proteção de direitos e na construção de um cuidado pautado na dignidade humana (Silva et al., 2025; Vedana et al., 2024).

Durante as atividades em grupo, sobretudo na elaboração dos projetos de intervenção - uma das estratégias avaliativas adotadas - foi possível perceber como os estudantes mobilizaram experiências pessoais e territoriais para propor ações sensíveis à realidade sociocultural em que estão inseridos. Tal movimento evidenciou não apenas a articulação entre teoria e prática, mas também o desenvolvimento de uma escuta sensível e de um olhar crítico sobre o território como espaço de produção do cuidado. Como destacam estudos na área, o território constitui um componente estratégico para a análise, o planejamento e a efetivação das ações em saúde, devendo ser compreendido como espaço legítimo

de cuidado, construção de vínculos e promoção da cidadania no campo da saúde mental (Campos; Bezerra; Jorge, 2020).

A visita técnica ao CAPS II do município desempenhou um papel catalisador no aprendizado construído em sala. Os momentos, realizados em grupos menores, foram guiados por profissionais do serviço, que apresentaram a estrutura do local, o fluxo de funcionamento, dialogaram sobre a dinâmica cotidiana do cuidado psicossocial e esclareceram dúvidas dos alunos. Pereira et al. (2020) mencionam o uso da visita a serviços de saúde mental como ferramenta ativa, com o objetivo de favorecer a aprendizagem por meio da problematização da realidade vivida pelos estudantes. Tal concepção pôde ser observada na prática, à medida que os discentes demonstraram envolvimento expressivo: interesse genuíno e sensibilidade ao confrontarem suas representações prévias com a realidade vivenciada, desmistificando a ideia de que a loucura requer isolamento ou institucionalização.

Entre os conteúdos abordados, a temática dos transtornos mentais também despertou grande engajamento. A curiosidade dos estudantes em compreender os quadros clínicos, somada aos relatos compartilhados sobre experiências pessoais ou familiares, evidenciou a relevância do tema em sua formação. Nas últimas décadas, a afetividade e suas implicações para o ensino têm ganhado destaque nas discussões acadêmicas (Leite, 2012). Na experiência aqui relatada, essa aproximação afetiva com o conteúdo contribuiu para tornar o aprendizado mais significativo e situado. Esses elementos foram retomados na avaliação final, por meio da proposta de intervenção, que revelou a capacidade dos alunos de traduzir os conhecimentos adquiridos em ações criativas e aplicáveis, fortemente conectadas ao seu cotidiano e às realidades de suas comunidades.

Durante todo o processo, observou-se uma postura colaborativa por parte da turma, favorecendo a construção de uma prática educativa horizontalizada. Embora não tenham sido identificadas resistências importantes à temática, avaliou-se que a disciplina poderia ter sido potencializada com uma abordagem mais aprofundada sobre álcool e outras drogas, tema que, embora mencionado, careceu de um momento exclusivo de discussão, em função das limitações temporais do cronograma. A literatura aponta que a inserção dessa temática na formação em enfermagem configura-se como uma demanda urgente e necessária, recomendando-se sua inclusão de forma transversalizada nos currículos e por meio de metodologias ativas, dada sua complexidade e a importância de capacitar profissionais para um cuidado pautado na autonomia e na cidadania das pessoas que fazem uso de substâncias (Jesus et al., 2023).

A experiência evidenciou a importância da formação crítica e estruturada da saúde mental nos currículos da educação técnica, contemplando não apenas aspectos técnicos, mas também ético-políticos, capazes de sensibilizar os futuros profissionais para um cuidado comprometido com os direitos humanos e com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na perspectiva docente, a vivência reafirmou a necessidade de tratar a saúde mental como um campo transversal e politicamente situado, que exige do educador um exercício contínuo de escuta, adaptação metodológica e posicionamento. Ao final do percurso, consolida-se a convicção de que ensinar sobre sofrimento psíquico, cuidado e Reforma Psiquiátrica é, também, formar sujeitos críticos, capazes de intervir com sensibilidade, consciência social e compromisso com a transformação da realidade.

CONCLUSÃO

O presente relato permitiu sistematizar e analisar criticamente uma experiência docente pautada na escuta, no diálogo e na construção coletiva do conhecimento em saúde mental, no contexto da educação técnica profissional. A vivência reafirmou o potencial transformador de práticas pedagógicas que integram teoria, sensibilidade e vínculo com o território, favorecendo a formação de sujeitos críticos e comprometidos eticamente com o cuidado.

Apesar das limitações, como o tempo reduzido para aprofundamento de temas complexos, constatou-se que estratégias planejadas com intencionalidade crítica e metodologias participativas contribuem para o desenvolvimento de profissionais mais empáticos, reflexivos e politicamente engajados.

Reforça-se, portanto, a urgência de ampliar o espaço da saúde mental na formação técnica em enfermagem, evitando que esse campo seja tratado de forma superficial ou restrita a aspectos técnicos. Trata-se de um eixo formativo que demanda escuta, posicionamento e vínculos dimensões que devem atravessar toda a trajetória educacional.

Investir no ensino da saúde mental no nível técnico é apostar na construção de práticas de cuidado alinhadas aos princípios do SUS e da luta antimanicomial. Mais do que transmitir conteúdos, é formar sujeitos capazes de transformar realidades com consciência, sensibilidade e compromisso com a dignidade humana.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, política, acadêmica e pessoal.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V. S.; CAMPOS, J. C. L.; BRANCO, G. G. Saúde mental em tela: o cinema mediando a aprendizagem no curso de enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, v. 5, n. 7, p. 1639-1646, 2011.

ALVERGA, A. R. D.; DIMENSTEIN, M. A reforma psiquiátrica e os desafios na

desinstitucionalização da loucura. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, n. 20, p. 299-316, 2006.

AMARANTE, P. **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

AMARANTE, P.; TORRE, E. H. G. Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 63, p. 763-774, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, n. 98, p. 44, 2016.

BRASIL, D. D. R.; LACCHINI, A. J. B. Reforma Psiquiátrica Brasileira: dos seus Antecedentes aos Dias Atuais. **Pluralidades em Saúde Mental**, v. 10, n. 1, p. 14-32, 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Presidência da República, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, n. 247, p. 59-61, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**: documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília: OPAS, 2005.

CAMPOS, D. B.; BEZERRA, I. C.; JORGE, M. S. B. produção do cuidado em saúde mental: práticas territoriais na rede psicossocial. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, e0023167, 2020.

DESVIAT, M. **A reforma psiquiátrica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JESUS, M. E. F. *et al.* A inserção da temática das drogas na formação em enfermagem: um estudo de caso. **Revista Foco**, v. 16, n. 2, e1045, 2023.

KIRSCHBAUM, D. I. R.; OLIVEIRA, A. C. S. F. Formação e dificuldades profissionais de auxiliares de enfermagem no campo da assistência psiquiátrica. **Revista Paulista de**

Enfermagem, v. 20, n. 1, p. 13–21, 2001.

LEITE, S. A. S. Afetividade nas práticas pedagógicas. **Temas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 355-368, 2012.

LEMOS, A. M. O ensino de enfermagem em saúde mental na percepção de estudantes. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 3, p. 54-60, 2020.

MESSAS, G. P. O espírito das leis e as leis do espírito: a evolução do pensamento legislativo brasileiro em saúde mental. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 65-98, 2008.

MUSSI, F. B. S.; FLORES, M. C. R.; ALMEIDA, S. M. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 45, p. 61–80, 2021.

PAULIN, L. F.; TURATO, E. R. Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 241-258, 2004.

PEREIRA, T. G. *et al.* Potencialidades de um curso em saúde mental: a lógica psicossocial em uma experiência ativa de ensino. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 243 - 256, 2020.

ROCHA, R. M. **Enfermagem psiquiátrica**: que papel é esse?. 1992. 225 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SAMPAIO, M. L.; BISPO JÚNIOR, J. P. Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. e00313145, jan. 2021.

SILVA, M. F. B. *et al.* Impacto das políticas públicas na promoção da saúde mental em comunidades vulneráveis: um estudo interdisciplinar. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v.18, n.2, p. 01-13, 2025.

TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-59, 2002.

VEDANA, K. G. G. *et al.* Reflexões sobre as políticas de saúde mental no Brasil a partir de marcos históricos e legislativos. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 1, e7913144653, 2024.

YASUI, Silvio. **Rupturas e encontros**: desafios da reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

ZERBETTO, S. R.; PEREIRA, M. A. O. O ensino de saúde mental e psiquiátrica nos cursos técnicos de enfermagem. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 358-364, 2009.